

A VISÃO DE GRAMSCI E A ESCOLA TRANSFORMADORA

Bianca de Oliveira Delgado(G/UNIPAR)

Carolina Martins Ferreira(G/UNIPAR)

Cristina Hitomi Misse(G/UNIPAR)

Eliane Alves de Oliveira(G/UNIPAR)

Karina Fernanda Gonçalves da Silva(G/UNIPAR)

Roberta Bagnara Barbosa(G/UNIPAR)

Jorge Antonio Vieira (UNIPAR)

RESUMO: O artigo que se segue trata do tema da Sociologia de Gramsci, um sociólogo revolucionário italiano, focando a educação, na qual ele propõe uma escola igualitária. Enfatiza o trabalho intelectual e manual, a fim de promover o indivíduo como um todo. Gramsci dizia que com as alianças o proletariado seria hegemônico na construção da nova sociedade.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Bloco Histórico, Hegemonia.

ABSTRACT: The article below is about Gramsci theme where he refers to education, and he offers a common school to everybody. Gramsci stresses the intellectual and manual work in order to promote the individual as a whole. According to Gramsci, through the union the poor would be more powerful in a new society.

KEY WORDS: Education, Historical Block, Hegemony.

INTRODUÇÃO

Este texto investiga as idéias sociológicas de Gramsci relacionadas à Educação, levantando as propostas pedagógicas e mostrar seus princípios Educacionais e sua visão sobre a escola.

Antônio Gramsci nasceu em Ales, Sardenha em 23 de janeiro de 1891, tuberculoso foi hospitalizado em 1935 numa clínica romana e morreu em 27 de abril de 1937, quatro dias depois de alcançar a liberdade, foi um revolucionário italiano, fundador e dirigente do Partido Comunista daquele país; foi condenado a vinte anos de prisão, onde faleceu, depois de ter cumprido onze anos de pena que lhe fora imposta por Mussolini. É na prisão que vai encontrar tempo para escrever, e o faz abordando diferentes aspectos da cultura, desde a filosofia até história, sociologia, arte e, sobretudo, a literatura, passando pela práxis revolucionária e discutindo o papel do partido numa sociedade dividida em classes. Essa produção intelectual revolucionou o pensamento marxista, cuja repercussão até hoje se faz presente.

E seus *Cadernos da Prisão*, num total de trinta e três, que escreveu entre 1929 e 1933, sempre se referiu à atividade escolar, quando não diretamente, era para explicar algum tópico do tema que desenvolvia. Assim, por exemplo, quando discutiu as relações entre o pensamento e a ação, ilustrou a discussão, lembrando que a Igreja Católica, através de unidade ideológica e política, se impôs aos povos medievais, num processo em que a instrução teve papel destacado. Os quadros administrativos dos Estados eram preparados pela igreja. Desta forma, ela difundia uma filosofia do senso comum, na qual a especulação científica e a criatividade estavam ausentes. Para aqueles que ousassem desobedecer havia a Inquisição para investigar o grau de culpa e prescrever as penas, quase sempre uma fogueira.

Depois da Reforma o controle social exercido pela Igreja deixa de existir de modo hegemônico. Porém as filosofias nascidas na esteira protestante ou nos diferentes matizes do ateísmo mantiveram a separação entre a atividade intelectual (pensamento) e a ação prática. Para Gramsci, só o marxismo poderia unir os intelectuais com a massa popular,

porque é uma filosofia que não limita a atividade científica, mas, ao contrário, a estimula. O veículo de divulgação da ciência é a escola, e, desenvolvendo-a, as massas populares serão envolvidas e o progresso será então de todos e, sem privilégios.

A Noção de Hegemonia

A palavra hegemonia significa supremacia. Mas no grego, de onde proveio, significa (eghestai) conduzir, guiar, chefiar (eghemonia); era o comandante do exército. Daí denominar-se hegemonia à supremacia de um estado ou cidade sobre outros.

Hegemonia é todo um corpo de práticas e expectativas, nossas tarefas, nossa compreensão comum de homem e de eu mundo. É um conjunto de significados e valores que a medida que são experimentados como práticas apresentam-se como se confirmado reciprocamente. Constitui, portanto, um sentido absoluto, porque experimentados como uma realidade fora da qual é muito difícil para a maioria dos membros de uma sociedade instalar-se em grande parte de suas vidas. Mas não é exceto na operação e um elemento de análise abstrata, um sistema estático. Pelo contrário só podemos compreender uma cultura efetiva e dominante se entendermos o processo social real de que ela depende: refiro-me ao processo de incorporação.

Gramsci empregou esta palavra pela primeira vez quando, escreveu *A Questão Meridional*, obra em que discutia a função revolucionária do proletariado. Considerando como classe revolucionária, surgiu a questão de como se deveria conduzir o processo revolucionário. “Os comunistas de Turim haviam colocado concretamente a questão da ‘hegemonia do proletariado’, isto é, da base social da ditadura do proletariado e do Estado operário. O proletariado pode tornar-se a classe dirigente e dominante, na medida em que consiga criar um sistema de aliança de classes que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado burguês, a maioria da população trabalhadora, na medida em que, na Itália, considerando-se as relações de classe que efetivamente predominam, consiga obter o consenso das amplas massas camponesas”.

Essa inquietação de ordem político-partidária levou Gramsci à preocupação de entender o processo hegemônico. Admitiu que somente com a união do proletariado, sob a hegemonia da classe operária, levaria à frente a Revolução. Porém, antes de realizá-la, seria necessário abandonar o economicismo, conservadorismo, comparativismo que, para Gramsci, constituem os freios da classe operária.

A razão de Gramsci preocupar-se com a hegemonia da classe operária, no processo revolucionário, conforme os cânones do marxismo clássico, dizia respeito à questão da ditadura do proletariado. Lênin avança a questão, propondo ao partido a tarefa de ser a vanguarda na destruição de Estado e na construção da sociedade socialista. Para Gramsci não estava muito clara a questão da ditadura do proletariado, tanto que escreveu ao Comitê Central do partido Comunista da União Soviética: “O proletariado só pode tornar-se uma classe dominante se conseguir superar, sacrificando seus interesses corporativos, ele só pode manter hegemonia e sua ditadura na medida em que sua dominação estiver assegurada, se renunciar a seus interesses imediatos em favor dos interesses gerais e permanentes da classe... É fácil fazer demagogia nesse terreno, e também é bastante difícil não fazê-lo, quando a questão é formulada em termos corporativistas e não no espírito do leninismo, Isto é, da doutrina de hegemonia do proletariado que se encontra em uma posição historicamente determinada e não em outra... Na ideologia e na prática do bloco de oposição, renasce com novo vigor a tradição da social-democracia e do sindicalismo que, até hoje, impediu o proletariado ocidental de organizar-se enquanto classe dirigente”.

A proposta inovadora das alianças tinha razão de ser. Historicamente, a burguesia, com seus múltiplos acordos, sempre se garantia no poder. Com alianças o proletariado seria hegemônico na construção da nova sociedade.

A Noção de Bloco Histórico

O conceito de “bloco histórico” é praticamente indissociável do conceito de hegemonia. Gramsci emprega a expressão bloco histórico quando exemplifica o modo pelo qual a burguesia faz seus acordos e alianças. É assim que registra como os industriais do Norte da Itália uniam-se com os fazendeiros do Sul para defenderem seus interesses. Outros exemplos são o do clero durante o feudalismo e o dos partidos políticos na sociedade burguesa, etc.

No livro *Materialismo Histórico* Gramsci define o bloco histórico como: “A infra-estrutura e a superestrutura formam um” bloco histórico “, ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante da superestrutura é o reflexo do conjunto de relações sociais de produção”. A hegemonia política da classe dominante atua de modo a esconder as contradições instauradas na sociedade de classe. A burguesia consegue essa artimanha, tão bem engendrada através da escola.

A Educação em Gramsci

Gramsci parte da premissa de que as massas são educadas para serem conformistas, para não lutarem nem mesmo pelos seus próprios interesses imediatos. Essa educação na realidade se torna uma deseducação e é implantada pela escola, religião, arte. “Qualquer Estado tem

um conteúdo ético, na medida em que uma de suas funções consiste em elevar a grande massa da população a um certo nível cultural e moral, nível (ou tipo) que respondesse à necessidade de desenvolver as forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. Nesse campo, a escola, em sua função educativa positiva, e os tribunais, em sua função educativa repressiva e negativa, são setores de atividade estatais (sic) essenciais: mas, de fato, há uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades ditas privadas que tendem no mesmo sentido e que compõem o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes”.

Além desta estrutura de dominação há os condicionamentos históricos, morais, religiosos, os tabus e o senso comum atual de modo a não permitir que as camadas populares se organizem. É a imposição de uma classe sobre a outra.

Para que a classe dominante seja aceita como tal, essa classe precisa criar mecanismos que a engendrem e a façam imprescindível. Essa tarefa cabe aos intelectuais exercê-la. Eles são, portanto, os representantes legítimos da classe dominante. Porém, como sempre ocorre, que alguns conseguem libertar-se e pensam e agem de modo contrário ao dos seus pares. São os intelectuais revolucionários. Nas religiões são os profetas. Nas Igrejas modernas os teólogos progressistas, etc. Para não confundir os intelectuais revolucionários com aqueles representantes da dominação, Gramsci cunhou a expressão “intelectuais orgânicos”. Estes encarregados de perpetuar a dominação exercem-na em todas as atividades, quer políticas, administrativas, financeiras, científicas e tecnológicas, religiosas, etc.

Nesse processo, a escola tem uma ação destacada. É ela que forma os intelectuais. A produção e veiculação das “formas ideológicas” são os resultados das atividades dos intelectuais através dos discursos em que conceituam o mundo nas suas diferentes representações. O que o intelectual elabora acaba sendo entendido como contribuição à humanidade, e não como representação de interesse de uma classe. Assim, os inventos, o desenvolvimento da matemática, física, química, etc. são apresentados como desvinculados de uma classe dominante. Quem ganha com uma locomotiva? E o navio, a eletricidade, o automóvel, etc.? Quem ganha com o aumento da velocidade e do volume transportado?

Gramsci lembrou ainda que na sociedade capitalista o movimento das forças produtivas tende a alterar as relações sociais. Porém, essas mudanças são atenuadas pelas instituições sociais: escola, imprensa, partidos, etc. que transformam os interesses de uma classe como se fossem de toda a sociedade.

Embora percebendo os estritos limites da educação institucionalizada ou não, Gramsci acredita que só com a extensão do ensino a todas as camadas sociais, um país vá se desenvolver. Porém esse ensino deve ser o mesmo oferecido às camadas sociais privilegiadas; mas, sobretudo, esse ensino deve pautar-se pela cientificidade, sem a retórica costumeira do ensino tradicional, onde o aluno aprende a representar, e não a transformar o mundo.

A Organização da Escola e da Cultura

Podemos observar que na civilização moderna todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que toda atividade tende a

criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nestas escolas. Ao lado do tipo de escola que podemos chamar de humanista, destinada a desenvolver em cada indivíduo a cultura geral indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização. Pode – se dizer, que a crise escolar que hoje se agrava liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de um modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem testado e conscientemente fixado: a crise do programa e da organização escolar.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema nacional: a escola profissional destinava-se as classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se as classes dominantes e aos intelectuais.

A tendência a abolir qualquer tipo de escola desinteressada e formativa ou conservar somente uma pequena parcela que atenda pessoas que não pensam em se preparar para um futuro profissional, bem como a de espalhar cada vez mais as escolas profissionais especializadas, onde o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados.

Gramsci dizia: “Quero uma escola que não hipoteque o futuro do jovem e não constranja a sua vontade, a sua inteligência, a sua consciência em formação a mover-se dentro de um trilho com direção pré-fixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecanicidade”. (Gramsci, 1975, p.82)

Esta crise deveria ter a seguinte solução; a escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa que equilibrem imparcialmente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Deve-se levar em consideração a tendência em desenvolvimento, onde cada atividade pratica tende a criar uma escola especializada própria, do mesmo modo como cada atividade intelectual tende a criar círculos próprios de cultura, que assumem a função de instituições pós-escolares especializadas em organizar as condições nas quais seja possível manter-se a para dos progressos que ocorrem no ramo científico.

Pode-se observar, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos orgânicos: o deliberativo que é essencial a eles, e o técnico-cultural, onde as questões sobre quais são preciso tomar resoluções são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente. É um dos mecanismos onde a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos; atualmente, o mecanismo vai-se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim os regimes e as burocracias. Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas, toda tentativa de afastar de

fora estas tendências não produz como resultado senão pregações moralistas e gemidos retóricos.

Coloca-se a questão de modificar a preparação do pessoal técnico político, integrando sua cultura de acordo com as novas necessidades, e de elaborar novos tipos de funcionários especializados, que integrem, sob forma colegiada, a atividade deliberativa. O tipo tradicional do dirigente político, preparando apenas para as atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal: o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura geral que lhe permita, senão criar autonomamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas e, conseqüentemente, escolher a que seja justa do ponto de vista sintético da técnica política.

A escola unitária de formação humanista ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, a criação intelectual e prática e uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. À fixação da idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, pois alguns jovens são obrigados a começar a produzir imediatamente e não daqui alguns anos, por problemas financeiros na família. A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que são responsabilidades da família, na manutenção dos escolares, seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando mais complexo: a inteira função da educação e formação das novas gerações, sem divisão de grupos ou castas. Mas esta transformação da atividade escolar requer uma ampliação imprevista da organização prática da escola, isto é, dos prédios, do material científico, do corpo docente etc. O corpo docente particularmente deveria ser maior, pois a eficiência da escola é muito maior e intensa quando a relação entre professor e aluno é menos, o que coloca outros problemas de solução difícil e demorada. Também a questão dos prédios, este tipo de escola deveria escola-colégio, com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas etc. Por isso inicialmente o novo tipo de escola deverá ser de jovens escolhidos por concurso ou indicados sob a responsabilidade de instituições idôneas.

Para Investigação do Princípio Educativo

A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas suas sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujo, os elementos mais primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado à dominação das leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente. Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um

conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. O conceito e o fato do trabalho é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo. Não é completamente exato que a instrução não seja igualmente educação: a existência exagerada nesta distinção foi um grave erro da pedagogia idealista, cujos efeitos já se vêem na escola reorganizada por esta pedagogia.

Para que a instrução não fosse igualmente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um “recipiente mecânico” de noções abstratas, o que é absurdo, além de ser “abstratamente” negados pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a mera instrução mecanicista. Mas a consciência da criança não é algo “individual”, é o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc. Só é possível dizer, na escola, o nexos instrução-educação sendo representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos. Se o corpo docente é deficiente e o nexos instrução-educação é relaxado, visando a resolver a questão do ensino de acordo com esquemas de papel nos quais se exalta a educatividade, a obra do professor se tornara ainda mais deficiente: ter-se-á uma escola retórica, sem seriedade,

pois faltara a corporeidade material do certo, e o verdadeiro será verdadeiro de palavra, ou seja, retórico.

Esta degenerescência pode ser ainda melhor vista na escola média, nos cursos de literatura e filosofia. Antes, pelo menos, os alunos formavam uma certa “bagagem” ou “provisão” de noções concretas; agora quando o professor deve ser notadamente um filósofo e um esteta, o aluno negligencia as noções concretas e “enche a cabeça” com formulas e palavras que não têm nenhum sentido para ele, na maioria dos casos e que são logo esquecidas. Na realidade um professor medíocre pode conseguir que os alunos se tornem mais instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos; ele desenvolverá com escrúpulo e com consciência burocrática a parte mecânica da escola, e o aluno se for um cérebro ativo, organizara por sua conta e com ajuda do seu ambiente social a bagagem acumulada.

O que podemos observar na Sociologia de Gramsci é que ele propunha uma mudança da hegemonia da classe dominante para a hegemonia da classe proletariado, sendo assim queria uma escola igualitária para todos, onde seria unido a prática com o pensar. Podemos até dizer que a escola que almejava era utópica, a escola ideal, para assim sanar as diferenças sociais criando uma sociedade justa para todos. Como solução citava a escola como principal ferramenta de mudança. Mas para isso deveria ser usado de forma correta não como deseducadora, e sim libertadora.

BIBLIOGRAFIA

- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- NOSELLA, P. A. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MOCHOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. 2º ed. São Paulo: Ática, 1990.